

Ideologia gerencial, sociedade do cansaço e esgotamento profissional

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo: O mundo das organizações no capitalismo tardio é regido pelo dispositivo ultraliberal que, através de discursos ideológicos que falseiam a realidade concreta de opressão e de submissão, faz de cada profissional uma pessoa exigida ao máximo das suas capacidades psicofísicas. No decorrer da pandemia da COVID-19 percebemos que esse sistema ampliou ainda mais sua força normativa sobre os trabalhadores, inclusive os profissionais da educação, cada vez mais extenuados com a confusão entre o público e o privado e demandas desagradáveis. Vivemos assim em um regime de espoliação laboral que amplifica ainda mais nosso sofrimento existencial. Propomos assim abordar a conjuntura social e econômica que perpassa essa conjuntura e alternativas para esse problema.

Palavras-chave: Positividade; Extenuação Laboral; Administração; Estresse.

Managerial ideology, society of tiredness and professional exhaustion

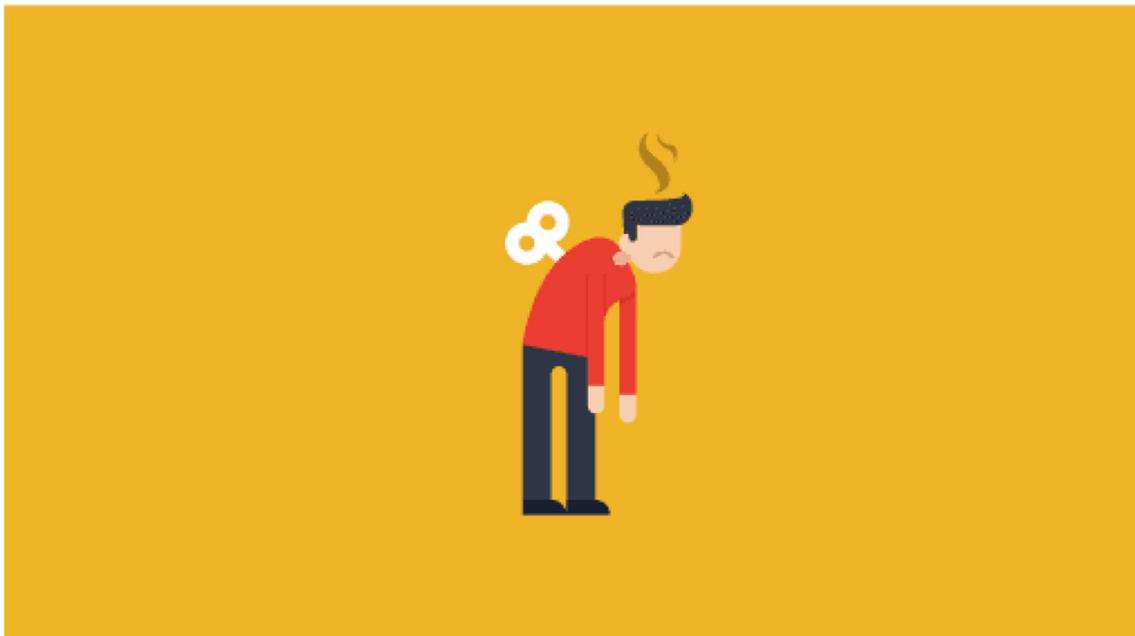
Abstract: The world of organizations in late capitalism is governed by the ultra-liberal device that, through ideological discourses that distort the concrete reality of oppression and submission, makes every professional a person who is required to the maximum of his psychophysical abilities. During the COVID-19 pandemic, we noticed that this system has further expanded its normative force on workers, including education professionals, increasingly strained by the confusion between the public and the private and unpleasant demands. We thus live in a regime of labor spoliation that further amplifies our existential suffering. We propose to approach the social and economic conjuncture that permeates this conjuncture and alternatives to this problem.

Key words: Positivity; Labor Exhaustion; Management; Stress.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ.

A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciososa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo.
(BAUMAN, 2007, p. 10).



Fonte: <https://blog.runrun.it/esgotamento-mental/>

Introdução

A reconfiguração do sistema capitalista em sua fase ultraliberal, além de flertar com perspectivas políticas autoritárias que garantam maior eficácia e rentabilidade para o poder empresarial impor sua doutrina de choque contra trabalhadores e movimentos sociais, também despeja uma série de discursos catequéticos para melhor adestrar o indivíduo nesse sistema fechado, excludente e doentio, de modo que o trabalhador luta pela sua servidão como se fosse por sua almejada liberdade. Eis a grande contradição: um dispositivo controlador da subjetividade humana que, em nome do ideal liberal na economia, suprime a própria vida do trabalhador, envolvido assim em uma rede de controle no qual dificilmente consegue escapar. Toda pretensa forma de falta de empenho ou engajamento em favor da rentabilidade da empresa é

compreendida pelo poder gerencial como indisciplina, e assim o trabalhador entra para a lista dos descartáveis na próxima leva de demissões:

Quem precisa de mim?" é uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos dos resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros (SENNETT, 2002, p. 174).

A ofensiva ultraliberal sempre demonizou o serviço público, considerando-o burocrático, inchado, ineficiente, enquanto o sistema privado é o suprassumo da sociedade moderna, pois somente na lógica do mercado haveria inovação, criatividade, empreendedorismo. A conjugação entre desregulação econômica e política repressiva favorece ainda mais a degradação do serviço público, precarizando uma infraestrutura que já apresenta evidentes sinais de extenuação. A boçalidade do senso comum que desconhece o cotidiano das relações sociais do serviço público é incapaz de reconhecer que o trabalhador desse setor, não obstante a razoável estabilidade funcional que lhe concede um pouco mais de conforto moral e profissional diante do desajuste do mundo, também sofre de exaustão laboral, estresse psicofísico e outros transtornos que evidenciam a necessidade de mudança do ritmo de trabalho que desvitaliza o ser humano e o transforma em bagaço a ser descartado quando não é mais útil para o dispositivo gerencial. Cada vez mais uma grande massa humana se encontra em regime de degradação laboral para satisfação de uma elite plutocrática cheia de privilégios e prerrogativas, casta essa que sempre atenta contra os direitos dos trabalhadores, mas nunca dá um passo em prol do bem comum (os grandes empresários são contumazes sonegadores de impostos). Segundo Guy Standing,

O precariado vive com ansiedade – insegurança crônica associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má sorte poderia pender a balança entre a dignidade modesta e ser um sem-teto, mas também com o medo de perder o que possui, mesmo quando se sente enganado por não ter mais (STANDING, 2013, p. 42)

As condições de trabalho na pandemia da COVID-19 amplificaram ainda mais o desgaste laboral de qualquer pessoa assalariada. No trabalho home office e os inerentes transtornos decorrentes da confusão de esferas entre o privado e o público evidenciam essa tendência de enfraquecimento da vida humana nessa conjuntura de caos social. Já no caso dos trabalhadores submetidos ao regime presencial, as condições laborais tornaram-se ainda mais subalternas e precárias, pelos riscos constantes de contaminação pelo coronavírus. Por conseguinte, o esgotamento psicofísico é global, ainda que as nuances do sofrimento sejam, obviamente, singularizadas.

A virulência do capitalismo e o esgotamento profissional

Apesar de estarmos em uma dinâmica extremamente sofisticada de controle do tempo produtivo no capitalismo tardio, precisamos mapear suas origens fundadoras para que compreendamos como surge essa técnica de poder. Independentemente da pertinência total da análise de Max Weber sobre a relação entre as origens do capitalismo e a ética protestante, não se pode escamotear que os albos da Modernidade se entrelaçam com as mudanças radicais das forças produtivas e dos valores que lhe estão atrelados. Nessas condições, os avanços técnicos são indissociáveis do estofado ideológico subjacentes no momento. O capitalismo originário se caracterizaria pela poupança, pelo investimento do excedente de riquezas em outros negócios, pelo repúdio à procrastinação, pela valorização da ação em detrimento da contemplação, pelo uso rigoroso do tempo disponível para realizar funções úteis, pela ascese vital no empenho fiel no trabalho cotidiano e a frugalidade no consumo:

Efetivamente condenável em termos morais era, nomeadamente, o descanso sobre a posse, o gozo da riqueza com sua consequência de ócio e prazer carnal, mas antes de tudo o abandono da aspiração a uma vida “santa”. E é só porque traz consigo o perigo desse relaxamento que ter posses é reprovável [...] A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com “conversa mole”, com luxo, mesmo com o sono além do necessário à saúde – seis, no máximo oito horas – é absolutamente condenável em termos morais (WEBER, 2004, p.143).

Essas qualidades se distanciam radicalmente do modo de ser aristocrático, inconsequente, ocioso, pródigo e, tanto pior, rapinante, pois se tratava de uma elite improdutiva que vivia em um fausto contínuo graças aos inúmeros impostos pagos pelas classes subalternas para sustentar a nobreza. Os grupos produtivos que conseguiam enriquecer apesar das dificuldades sociais que fomentavam as desigualdades estamentais suprimiam a ordem mundana regida pelo privilégio do sangue para substituí-lo pelo empenho meritocrático, muitas vezes invisível. Se as elites nobiliárquicas apoiam via mecenato as inovações artísticas, culturais e científicas, foram as camadas produtivas da incipiente burguesia que se apropriaram de maneira mais eficaz dos recursos técnicos, aplicando-os em seus respectivos trabalhos práticos, cada vez menos desvalorizados em uma nova sociedade efervescente em ímpeto criativo.

A Modernidade enquanto processo civilizacional alardeia os imperativos da técnica, do controle da natureza, da precisão, da experimentação, de modo a tornar o ser humano figura ativa na transformação do mundo, e não mais um expectador submetido ao poder da natureza e suas contingências. O humanismo moderno não consiste apenas na defesa da dignidade humana, mas na sua capacidade de, pelo conhecimento operacional, dominar as forças avassaladoras da natureza e afirmar assim seu poder criativo de transformação da realidade. Nessa efervescência de ideias há um inabalável otimismo em relação ao porvir e a instauração de uma nova era de felicidade, prosperidade, abundância, melhor forma de vida. O capitalismo, ao se desenvolver economicamente como um mecanismo de investimento e de disciplina pessoal, solapa as antigas hierarquias rígidas de uma sociedade estratificada na qual o trabalho é desvalorizado e ócio cultural sacralizado. Daí a importância que se atribui à iniciativa individual, ao esforço laboral constante, ao empreendedorismo, ao caráter ortopédico da disciplina e da otimização do tempo, qualidades que marcam o espírito capitalista no decorrer de sua trajetória.

O capitalismo, em seus primórdios, apresenta disposições liberais pois sua práxis produtiva não poderia jamais ser cerceada por poderes contrários ao progresso econômico, à circulação universal de mercadorias e aberturas de novas transações. Daí sua defesa não apenas da propriedade privada, mas da própria liberdade individual contra qualquer arbítrio tirânico de um poder obscurantista-absoluto. Com efeito, sem segurança social e jurídica para empreender o homem capitalista ficaria à mercê das contingências políticas e subseqüentes flutuações de interesses

escusos contrários aos progresso da produção, serviços materiais e propagação das mercadorias. A consolidação da sociedade industrial e a hegemonia da vida urbana na Modernidade transformaram as bases materiais da existência humana, agora regida pela cada vez mais ampla afluência de bens de consumo. Por conseguinte, inicia-se um processo social de afirmação da imponência do nome através da capacidade de se possuir bens e gozá-los, ratificando-se assim uma nova fase do regime capitalista onde o hedonismo se torna absolutamente legítimo, ainda que nem todos possam usufruir dessa miríade de bens disponíveis. Ocorre o imperativo do prazer, no qual o sujeito é obrigado a ser feliz, mediante o consumo dos bens ofertados pelo mercado. No entanto, as reconfigurações estruturais do capitalismo alcançam tamanho nível de degradação que, na conjuntura ultraliberal, grande parte da massa laboral trabalha apenas para subsistir, ou seja, é incapaz de acumular um excedente monetário para fruir de bens supérfluos ou mesmo que lhe proporcionem melhor qualidade de vida em um mundo cujo ritmo de atuação é acelerado. Vivemos assim sob o poder da velocidade, no qual qualquer atraso é prejudicial para a lógica da produção.

Paul Lafargue apresenta de forma irônica (porém bastante profunda) a sapiência de uma vida regida pela preguiça como um instrumento ético e político de contraponto ao produtivismo capitalista que impede a genuína fruição da beleza da vida:

A moral capitalista, lastimável paródia da moral cristã, lança o anátema sobre o corpo do trabalhador, toma como ideal reduzir o produtor ao mínimo mais restrito de necessidades, suprimir as suas alegrias e as suas paixões e

condená-lo ao papel de máquina gerando trabalho sem trégua nem piedade [...]. Diante dessa dupla loucura de trabalhadores, de se matarem de trabalhar e de vegetarem na abstinência, o grande problema da produção capitalista já não é encontrar produtores e multiplicar as suas funções, mas descobrir consumidores, excitar os seus apetites e criar-lhes necessidades artificiais (LAFARGUE, 2003, p. 15; p. 55)

Os movimentos dos trabalhadores unidos contra os ditames autoritários do regime burguês que espoliava as massas proletárias e tornava-as meras coisas descartáveis após determinado tempo de uso não se fundamentaria necessariamente em ações violentas, em revoltas sociais, em revoluções que abalassem as estruturas econômicas e políticas de um sistema que prospera pela alienação laboral do ser humano, mas também por ações subversivas que dificilmente poderiam ser reprimidas pelas forças capitalistas, daí a importância do direito à preguiça, talvez uma precursora das táticas de não-resistência aos aparatos repressivos. A preguiça é assim um tonificante da existência, pois permite a reapropriação das forças vivas que perdemos no processo de exaustão metabólica em um regime de trabalho alienante e degradante e, tanto melhor, suprime o moralismo culpabilizante que nos condena internamente ao nos demorarmos dolosamente na execução de uma tarefa considerada imprescindível de ser realizada sem mais tardar. Com efeito, para quem é imprescindível o empenho incondicional do sujeito na realização de uma dada tarefa? Nosso corpo não é uma mera extensão separada do meio ambiente, pelo contrário, está em completa interação fusional com a realidade circundante, o clima, a atmosfera, tudo

nos influencia. A preguiça nos estimula a dormirmos um pouco mais no frio e a sermos mais lentos no calor. Mesmo a sesta, tão vituperada pelo dinamismo capitalista puritano, é reconhecida pela fisiologia do trabalho como um momento importante para que o trabalhador faça a digestão após a refeição e produza melhor. Infelizmente o poder gerencial percebe a dignidade da sesta, o nobre cochilo pós-almoço, não por sua virtude de suspensão provisória do trabalho, mas pelo fato de que o empregado não consegue render bem nas suas funções após a refeição e assim necessita de um tempo para metabolizar o alimento ingerido. De toda maneira é um avanço civilizacional para atenuar o estresse laboral do trabalhador que vive tal como uma máquina no regime de exploração profissional. Há acanalhadas figuras patronais que sequer respeitam o direito do trabalhador ao seu almoço, alegando que o empregado pode perfeitamente operar a máquina com uma mão e consumir seu sanduíche com a outra, realizando assim o grande sonho produtivista de impedir qualquer escapatória de o trabalhador se desvencilhar da coerção laboral. Não seria de estranhar se esses vis padrões impedissem os empregados de inclusive satisfazerem suas necessidades fisiológicas, obrigando-os a usarem uniformes com fraldas para que não desperdiçassem o tempo produtivo com os apelos indeclináveis da corporeidade. Conforme salienta Serge Latouche,

Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar no refugio de um sistema que visa a torná-lo inútil e a prescindir dele (LATOUCHE, 2009, p. 4-5).

A ideologia gerencial propaga palavras que ressoam belas aos ouvidos

liberalóides, mas que na verdade escamoteiam novas técnicas de controle da força laboral, não mais sob o rígido regime taylorista de disciplina pétrea ao patronato, mas pela ilusão de que cada trabalhador é um colaborador, um empreendedor de si. A celebração do desempenho adquire níveis totalitários, e o discurso motivacional reforça o ímpeto de o trabalhador submeter-se cada vez mais até sua completa extenuação. Resiliência, força de vontade, superação das metas, qualquer ação pessoal que destoe dessa alienação radical é vilipendiada pelo poder gerencial. Tal como debatido por Ricardo Antunes,

Em pleno mito neoliberal do individualismo exacerbado, tal como a ideologia do “empreendedorismo”, presenciamos de fato um individualismo possessivo cada vez mais desprovido de posse, onde cada vez mais amplas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras perdem até mesmo a possibilidade de viver da venda de sua única propriedade, a sua força de trabalho (ANTUNES, 2005, p. 17).

De acordo com o palavreado gerencial, sempre se pode fazer um pouco mais do que se faz, daí a defesa da hora-extra que o empregado deve realizar em prol do maior sucesso de sua empresa, mesmo que isso lhe custe mais desgaste psicofísico, nunca devidamente recompensado. O famigerado mote “Mais empregos e menos direitos” é apenas a expressão tosca, porém sincera, desse enquadramento ideológico do sujeito ao fascismo de mercado, no seu horrendo entranhamento entre economicismo puro e supressão autoritária de todas as garantias trabalhistas. Para João Bernardo,

Se o mercado serve, para os seus apologistas, de modelo e caução da democracia, as empresas revelam-

se, para as pessoas que nelas trabalham, como modelo e expressão do totalitarismo (BERNARDO, 2004, p. 15).

Na sociedade de desempenho, apesar de se reconhecer o desgaste psicofísico da exaustão metabólica do trabalhador, este é incitado a sempre se esforçar em superar suas limitações e evitar ao máximo usar das prerrogativas legais para se ausentar da atividade laboral. Por isso a doença, a dor, o sofrimento e a degradação que assolam a vida do trabalhador são sempre escamoteados e protelados para que a produção não seja interrompida ou prejudicada. Toda tentativa de afastamento temporário do exercício laboral é estigmatizada pelo poder gerencial como uma falta de empenho e de compromisso para com a causa corporativa. Para Franco Berardi,

O discurso neoliberal é carregado de uma retórica do indivíduo, mas a prática do neoliberalismo acaba por destruir a liberdade individual. A competição e o conformismo são duas faces de uma mesma moeda na esfera do mercado. Os indivíduos de hoje já não perseguem projetos de vida autônomos. Em vez disso, eles são fragmentos de tempo precarizado, fractais em recombinação incessante, unidades conectivas que devem interagir com perfeição, se quiserem ser eficientes sob o domínio da rentabilidade econômica (BERARDI, 2020, p. 193).

A pandemia da COVID-19 exigiu, para alguns setores produtivos, a adaptação do regime de trabalho do presencial para o formato remoto/home office. Para quem aprecia o conforto da casa essa transposição talvez tenha, de imediato, gerado um grande prazer existencial, afinal a pessoa poderia laborar em seu espaço doméstico, seu recanto familiar, sem sofrer os estressantes deslocamentos nas ruas e nas vias e sem se submeter aos

riscos da insegurança dos transportes públicos e da violência urbana. No entanto, a adequação profissional ao trabalho em casa logo revelou o seu mal-estar psicofísico, e isso não em decorrência da necessidade usual da pessoa se desdobrar nas tarefas domésticas e nas funções laborais, ou ainda pelas contingências ambientais como barulho de vizinhos ruidosos ou problemas de conexão da Internet. O grande prejuízo moral decorreu da impossibilidade de se separar o público e o privado, de modo que o trabalhador permanece mobilizado continuamente, inclusive controlado pelos aplicativos e suas ambíguas funcionalidades comunicacionais, sempre ao dispor dos seus mandatários e suas insanas metas. Sem esquecermos as constantes reuniões verborrágicas e o desgaste auditivo e visual pela sobrecarga dos sentidos exigidos nesse trabalho remoto. Problemas de ergonomia também afloram com bastante frequência nessa conjuntura de asfixia promovida pelo trabalho enclausurado. No fundo vivemos em um período de naturalização da invasão de privacidade, e a sensação latente é de que não há escapatória: “A falta de distância leva a que o privado e o público se misturem. A comunicação digital fornece essa exposição pornográfica da intimidade e da esfera privada” (HAN, 2018, p. 13). Não trouxemos o trabalho para casa, trouxemos, na verdade, a empresa para dentro de nossa casa, o que se configura como uma espécie de violência gerencial. A esfera da intimidade foi penetrada pelo dispositivo empresarial e não temos mais qualquer liberdade moral. Nosso amado lar se torna uma extensão da empresa, cada vez mais soberana e avassaladora em relação ao nosso modo de vida. O trabalho no ambiente externo, apesar de apresentar talvez características desgastantes,

permite que o funcionário encontre na vida privada uma dimensão de acolhimento, repouso, quebra da rotina (exceto obviamente no triste caso do workaholic). Sem esquecermos que a perda da convivência cotidiana com os colegas de trabalho é também fator de desgaste emocional, pois o compartilhamento de experiências profissionais ajuda na resolução conjunta de problemas assim como fortalece os vínculos entre as pessoas, humanizando a relação do ambiente de trabalho e criando uma sólida identidade corporativa. Mesmo no caso em que existam desafetos em uma determinada organização, a convivência com essas pessoas imputadas como desagradáveis é salutar para o desenvolvimento da tolerância no ambiente organizacional.

A separação entre as esferas da vida é fundamental para a preservação da saúde psicofísica do trabalhador, algo que não ocorre no serviço remoto, pois as tensões próprias de seu ofício são vivenciadas no ambiente doméstico e reverberam constantemente nas relações familiares. O trabalho remoto segue a lógica do 24/7, é uma guerra produtiva na qual a pessoa jamais pode relaxar plenamente e deve permanecer ao dispor de quem lhe interpela. De acordo com Jonathan Crary,

24/7 mina paulatinamente as distinções entre dia e noite, entre claro e escuro, entre ação e repouso. É uma zona de insensibilidade, de amnésia, de tudo que impede a possibilidade de experiência [...]. No capitalismo 24/7, toda sociabilidade que não se reduz ao mero interesse individual se esgota inexoravelmente, e a base inter-humana do espaço público se torna irrelevante para nosso isolamento digital fantasmagórico (CRARY, 2014, p. 26; p. 99).

Com isso o sono se torna cada vez mais exíguo, a insônia uma desagradável recorrência, a ansiedade a disposição desde ao se acordar até ao se tentar dormir. A consciência do trabalhador atua no modo zumbi, e o uso dos aditivos legais (mas muitas vezes prejudiciais ao organismo) se tornam uma ferramenta crucial para se tonificar o trabalho. Café, cigarro, chá forte ou ainda muitas outras substâncias que de alguma maneira auxiliam o trabalhador a manter o foco na atividade, com os inerentes prejuízos metabólicos posteriores, que nunca são devidamente custeados pelas empresas exploradoras. Conforme salientado por Christian Dunker, “O ritmo de vida se acelera. O sono se torna quase desnecessário. Caminhos e relações que não deram certo rapidamente são abandonados, sem custo, pois o importante é o futuro” (DUNKER, 2017, p. 240).

A dor física que se expressa no corpo exausto nada mais é do que o sinal de uma dor interna, invisível, a dor da dominação completa do trabalhador pelo poder gerencial ao qual deve servir sempre, sem pestanejar, pois somente assim demonstrará sua rentabilidade para o dispositivo capitalista. Não há um descanso adequado para se fazer o que se quer, não importa sob qual finalidade. Jonathan Crary pontua ainda que

O sono afirma a ideia de uma necessidade humana e de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo monolítico de lucratividade, e desse modo permanece uma anomalia incongruente e um local de crise no presente global [...]. O sono é uma remissão, uma liberação da “permanente continuidade” de todas as tendências em que estamos imersos quando acordados (CRARY, 2014, p. 20; p. 135).

O tempo livre, no capitalismo tardio, é usualmente uma técnica manipulativa para que o trabalhador, exaurido pela rotina laboral cotidiana, encontre condições de repor as suas forças vitais e assim render convenientemente para a sua empresa, realizando seu serviço prosaico conforme as determinações gerenciais estipuladas:

A maior parte do tempo livre não leva a uma reapropriação da existência e não constitui uma escapada para fora do modelo mercantil dominante. Geralmente o tempo é empregado em atividades também mercantis que não permitem que o consumidor empreenda o caminho da autoprodução. Ele é conduzido para uma via paralela. O tempo livre se profissionaliza e se industrializa cada vez mais (LATOUCHE, 2009, p. 121).

Apesar do viés crítico apresentado acima, é inegável que o tempo livre é também o momento no qual o trabalhador direciona sua fruição existencial para atividades caracterizadas pelo lazer nas suas mais diversas acepções, e esse direcionamento, em uma sociedade marcada por condições estruturais extremamente estressantes, não pode ser considerada negativamente. Em condições sanitárias adequadas, mesmo que o trabalhador usufrua o seu tempo livre para eventuais atividades escapistas, como idas ao shopping center, celebrações religiosas, eventos esportivos, bares, festas, praias e quaisquer outros locais, esses exemplos citados são formas razoáveis de apropriação vital da existência. Afinal, não se vive apenas para a realização do trabalho e é justamente essa submissão humana ao labor contínuo que amplifica o seu sofrimento existencial com suas consequentes situações degradantes.

Ora, é claro que é melhor que exista a possibilidade de se descansar por um momento e depois retornar-se ao trabalho exaustivo do que sequer haver um período de repouso. O grande problema do trabalho remoto e sua exclusão das fronteiras entre o público e o privado decorre justamente da impossibilidade de o profissional, não importa de qual setor, conseguir se desconectar das demandas laborais de maneira conveniente e assim fruir de seu merecido tempo de descanso.

A remessa de cartas é uma experiência obsoleta nos tempos da aceleração comunicacional e se caracterizava por exigir paciência e confiança no sistema dos correios para qualquer risco de extravio eventual. Os diálogos por telefone são muitas vezes enfadonhos, mas suportáveis entre os interlocutores. O envio de e-mail permite um razoável distanciamento existencial, formalidade e reflexão discursiva acerca do conteúdo que será transmitido para outrem. Já a interação via aplicativo violenta todo distanciamento espacial e temporal, pois é regida pelo ritmo frenético da rapidez que simplifica e usualmente gera equívocos de interpretação dos conteúdos. Exceto para os profissionais que fazem do uso dos aplicativos a sua ferramenta de trabalho principal, qualquer pessoa que opta pelo uso desses dispositivos como alternativa comunicacional está enredada em uma teia discursiva da qual dificilmente consegue escapar, e assim mais estresse ocupacional se acumula em sua dimensão psicofísica. Por conseguinte, a virtualização da comunicação, apesar de dinamizar os processos interativos, traz também grandes riscos para a sanidade do trabalhador, que necessita permanecer em atenção máxima na resposta dos e-mails e, tanto pior, dos aplicativos, que atuam como genuínos dispositivos de controle panóptico na

existência e sua exigência neurótica de respostas imediatas. Antes o panóptico era uma estrutura físico-espacial que normatizava, monitorava e fiscalizava a ação do indivíduo submetido ao regime disciplinar na forma de um para todos, agora o panóptico é não apenas personalizado, mas absolutamente interiorizado e subjetivado, de maneira que nos acostumamos, aceitamos e amamos o controle gerencial: “O presidiário do panóptico digital é ao mesmo tempo o agressor e a vítima, e nisso é que reside a dialética da liberdade, que se apresenta como controle” (HAN, 2017a, p. 116).

A agenda ultraliberal e sua inerente devastação da dignidade das condições de trabalho promove os efeitos mais impactantes sobre a vida humana, e para tornar suportável a exaustão profissional temos o suporte terapêutico-medicinal, que apresenta uma ambiguidade em seu papel junto ao paciente: ao mesmo tempo em que visa curá-lo dos seus males funcionais, visa também, por outro lado, reintegrá-lo convenientemente ao regime de trabalho. Trata-se assim de um sutil poder disciplinar de normatização da vida humana. Sem esquecermos que o trabalhador é útil tanto enquanto saudável, pois produtivo, e doente, como consumidor dos serviços de saúde. Para Byung-Chul Han,

A sociedade de desempenho se desenvolve, a partir de sua lógica interna, na sociedade do dopping. A vida reduzida à função vital desnuda é uma vida que deve ser mantida sadia a todo custo (HAN, 2017b, p. 268).

Não podemos negar os prejuízos humanos gerados pela depressão, pela ansiedade e outros transtornos psicofísicos. Uma vida mais feliz pressupõe talvez a inexistência desses estados degradantes. Contudo, apesar da

absurdidade, poderíamos perguntar: e se porventura a pessoa pretender afirmar o seu direito ao sofrimento? Como não existe um estado de saúde perfeita, inevitavelmente ao longo da vida passamos por momentos de doença e todas as formas de declínio metabólico que prejudicam nosso desempenho. A lógica gerencial incentiva sempre a alta performance, mas e se o indivíduo desejar ser fraco, impotente, improdutivo, viver triste, permanecer enlutado? Diz-se que apenas os artistas apreciam a melancolia e os estados depressivos como elã criativo, mas e se porventura alguma pessoa do mundo corporativo desejar viver assim? A fraqueza pessoal é sintoma de inaptidão ao caráter autofágico do mercado, e tanto pior para quem não é resistente o suficiente. Para Byung-Chul Han,

O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma (HAN, 2015, p. 29).

O sucesso individual, nessa perspectiva psicopata, decorre do engajamento incondicional do “colaborador pela prosperidade da corporação, ainda que tal envolvimento profissional ocasione os mais graves transtornos para sua vida pessoal. É uma espécie de teologia da prosperidade mundana, em que se o trabalhador não obteve o progresso funcional almejado ele mesmo é o culpado por esse fracasso, pois não se empenhou suficientemente, não teve “fé gerencial” na lógica do mercado. Para Samir Amin, “A retórica dominante propõe uma ilusória imagem de sucesso para atribuir as derrotas a circunstâncias pessoais e, por isso mesmo, tirar a

responsabilidade do sistema social “(AMIN, 2018, p. 30).

O regime capitalista, não obstante lucrar com o sofrimento humano através das suas inúmeras ofertas de serviços de saúde, requer corpos dóceis e úteis no aspecto da positividade e da produtividade, por isso não aceita que o trabalhador permaneça muito tempo incapacitado para a ação laboral, quanto mais fazer de sua dor existencial uma arma de resistência aos imperativos do dispositivo gerencial. Para Judith Butler,

Quando o luto é algo a ser temido, nossos medos podem dar origem ao impulso de resolvê-lo rapidamente, bani-lo em nome de uma ação investida do poder de restaurar a perda ou devolver o mundo a uma ordem precedente, ou revigorar a fantasia de que o mundo precedente era ordenado (BUTLER, 2019, p. 50).

Em um contexto global de horror perante a letalidade gerada pela COVID-19 e por todo o sofrimento social decorrente dessas perdas humanas e pela desestruturação de famílias e de projetos de vida, é indecente que se exija produtividade das pessoas. Empresas que posam publicamente como socialmente responsáveis violam constantemente direitos trabalhistas e perpetuam as mazelas dos seus funcionários, mais e mais precarizados. São esses tempos sombrios que talvez estimulem a pensarmos alternativas concretas para o modo de produção capitalista em sua neofilia e sua obsolescência, em nome de uma práxis efetivamente sustentável não apenas em relação ao meio ambiente, mas que defenda a nós mesmos dos erros gerenciais de uma lógica empreendedora que potencializa nosso colapso psicofísico. Afinal, o legítimo imperativo ecológico da sustentabilidade somente encontra significação genuína

ao englobar a biosfera e o ser humano, pois não adianta termos uma natureza convenientemente preservada com pessoas vivendo em condições degradantes nas mais diversas esferas. Encontramos aqui a viabilidade do “decrecimento sereno”. A crise da produtividade inerente ao momento pandêmico seria atenuada com a valorização da troca interpessoal, do aproveitamento mais intensivo dos objetos e das mercadorias e o desprezo pelo desperdício de recursos. Há serviços essenciais para o bom ordenamento social, assim como a produção de bens fundamentais. Através de um planejamento econômico ótimo evitar-se-ia que a população ficasse sem renda ao mesmo tempo em que suas necessidades básicas seriam satisfeitas pela indústria. Daí a importância de se lutar pela consolidação de um Estado comprometido com a democracia substantiva, a dignidade incondicional da pessoa humana e suas garantias constitucionais, enfrentando, com o apoio dos movimentos sociais de base e as mobilizações populares, qualquer tipo de ingerência lobista na sua gestão, tal como é a práxis da governança submetida aos imperativos do mercado.

Considerações finais

As urgências sanitárias e as medidas restritivas de isolamento social exigidas para se conter o avanço da COVID-19 impactaram intensamente a sanidade das pessoas que apresentam, ao menos em nível aparente, um razoável estado de bem-estar psicofísico. Se a convivência contínua com terceiros pode ser um fator de estresse interpessoal, também o isolamento permanente exacerba nossas paixões mais cáusticas. O esgotamento existencial, que engloba todas as dimensões da vida humana, é o resultado concreto de um projeto civilizatório que evidencia sua fragilidade constitutiva ao

ratificar o primado do individualismo narcisista em detrimento dos interesses coletivos. Os liberalóides não aceitam que suas vontades pessoais sejam suprimidas em prol do bem-comum. Querem apenas que sejam prontamente servidas pelas forças do mercado e que o resto do mundo pereça nas condições mais degradantes e insalubres existentes. Perante tamanha letalidade pandêmica é muito difícil mantermos a racionalidade convenientemente saudável, e necessitamos urgentemente refletir sobre esse modo de vida insustentável na qual erigimos nossa sociabilidade e nossa estrutura produtiva.

Referências

AMIN, Samir. **A implosão do capitalismo contemporâneo: outono do capitalismo, primavera dos povos?** Trad. de Wanda Brant. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERARDI, Franco. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem.** Trad. de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2020.

BERNARDO, João. **Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana.** São Paulo: Cortez, 2004.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência.** Trad. de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CRARY, Jonathan. **24/7 – Capitalismo Tardio e os fins do sono.** Trad. de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: COSAC NAIIFY, 2014.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da Intimidade: políticas do sofrimento cotidiano.** São Paulo: Ubu, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência.** Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017a.

_____. **No Exame: perspectivas do digital.** Trad. de Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. **Sociedade do Cansaço.** Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. **Topologia da Violência.** Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017b.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça.** Trad. de Otto Lamy de Correa. São Paulo: Ed. Claridade, 2003.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do decrescimento sereno.** Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa.** Trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 2021-06-21

Publicado em 2021-07-01